

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER: Luís Fúrio  
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES: Carlos Fomes de Leon e Iadil Brito  
CONSELHO EDITORIAL: Fernando Diamant, Heflio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fúrio e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Fátu  
DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonacio (finanças, planejamento e novas negócios), Anderson Demian (mercado leia e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

# Governo Netanyahu é obstáculo para a paz

Ap prolongar guerra para adiar julgamento político, premiê põe reféns em risco, dizima civis em Gaza e eleva chances de escalada de violência na região

A ideia de criar um Estado palestino que conviveria com Israel, a chamada solução de dois Estados, ainda é vista nos círculos diplomáticos como a mais viável para pacificar o Oriente Médio.

O governo de Binyamin Netanyahu, porém, é um obstáculo para esse arranjo. Por ora, o premiê israelense vem conseguindo se equilibrar entre posições inconciliáveis.

De um lado, está a opinião pública mundial, incluindo os EUA, que pressionam Israel para que aceite um cessar-fogo em Gaza, interrompa a carnificina que já vitimou milhares de civis palestinos. De outro, estão os membros mais extremistas do gabinete, que recusam qualquer trégua e nem sequer admitem que a ajuda humanitária que chega à região seja ampliada.

No meio dessa disputa, mais de uma centena de cidadãos israelenses ainda são reféns de terroristas. As perspectivas mais realistas de libertação passam por uma negociação indireta, por meio de Qatar e Egito. A solução se daria em troca do cessar-fogo da libertação de prisioneiros palestinos de Israel.

As famílias dos reféns, que têm a simpatia de grande parte da opinião pública israelense, pressionam o governo a aceitar o plano. Mas a radical não apenas resiste como ameaça romper a coalizão se suas demandas não forem atendidas.

## Saída à direita

Votação acachapante de texto contra benefício a presos mostra governo acuado no debate

A votação pelo Senado do projeto de lei que cercia as saídas temporárias de presos mostrou o governo petista e a esquerda, mais uma vez, mal posicionados no debate nacional sobre segurança pública.

Assim o demonstra o placar acachapante a favor do texto, tornado bandeira conservadora e relatado por ninguém menos que Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Foram 64 votos a 2 e uma abstenção — porque parte dos senadores do PT e outros críticos da proposta nem mesmo se animaram a deixar seus nomes na relação dos contrários.

A abstenção coube ao líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que viu partidos de oposição e situação orientarem o apoio ao projeto, agora destinado a nova votação na Câmara dos Deputados. Em caso de aprovação definitiva, há dúvida se Luis Inácio Lula da Silva (PT) estará disposto a contrariar o Congresso com um veto.

Está-se diante de uma resposta simplória, entre muitas, ao seu dilema gravíssimo problema da criminalidade no país. As normas da saída temporária podem ser aperfeiçoadas, mas o sucesso do discurso populista levou o Senado a ra-

Netanyahu, cujo governo já vinha perdendo apoio popular antes do ataque de 7 de outubro, também será cobrado pelo fracasso de sua política de segurança, que mesmo com superioridade tecnológica não conseguiu conter o Hamas em Gaza, e dos serviços de inteligência, que não detectaram a ameaça.

Igualmente importante, parece não haver um plano concreto para Gaza após o fim do conflito.

A própria guerra tem permitido que Netanyahu dilate momentaneamente essas contradições. Não é costumeiro, afinal, depor o comandante no meio da batalha. Por saber disso, o primeiro-ministro pode estar prolongando as ações militares, com o objetivo de adiar o acerto de contas político.

Estender a duração da guerra, entretanto, aumenta o risco de escalada de violência no Oriente Médio sem impedir o julgamento futuro do atual governo.

De acordo com uma pesquisa de janeiro, apenas 15% da população que Netanyahu continue no comando do país após a cessação das operações militares.

As que tudo indica, em algum momento não muito longínquo os israelenses serão chamados mais uma vez às urnas. O brutal ciclo de violência na região evidencia que não haverá paz duradoura sem a solução dos dois Estados.



## Fim à saidinha favorece facções

Thiago Amparo

Relatado por Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o Senado Federal aprovou projeto de lei que põe fim à saída temporária de presos em datas comemorativas. O líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), e o líder do partido, Fabiano Contarato (ES), assinaram o projeto em branco aos bolsonaristas: liberaram suas bancadas para votar a favor do PL, que serve de atestado da asneira, pelo lado progressista, de uma proposta razoável de segurança pública.

As saídas temporárias funcionam: 95% dos presos beneficiados retornaram ao sistema, dificilmente uma política pública possui tal eficiência. Tampouco as saídas são feitas sem critério: já não é permitido concedê-las em crimes hediondos com resultado morte, exigem bom comportamento, tempo de cumprimento de pena (7/6 se primário e 1/4 se reincidente) e autorização judicial.

Mendando ao populismo penal e não aos dados, o Senado criou empecilhos para a concessão do benefício a que presos têm direito, exigindo exame criminológico (que demo-

ra para ser feito é ineficaz), restringindo a medida a estudo e trabalho (oportunidades essas que são escassas) e aumentando os crimes que não são passíveis de saída temporária.

Apesar de o fim da saidinha e, portanto, dificultar o incentivo para que o detento tenha bom comportamento e cumpra sua pena, o que o Senado fez, em última análise, foi beneficiar as facções criminosas. Hoje, 70 facções operam nas cadeias, segundo levantamento do Ministério da Justiça — Comando Vermelho e PCC estão presentes em 25 das 27 unidades da Federação.

Casos concretos de erros, como o que levou ao assassinato brutal do PM Roger Dlus da Cunha por um preso favorecido, são plenamente condenáveis e não deveriam ter ocorrido, mas não podem paralisar a política pública para os outros 95 mil beneficiados. Num país onde prende-se mais o ladrão de galinha do que o homicida contumaz ou o amigo miliciano, manter detido quem não deveria estar mais ali significa apenas reproduzir insegurança.

## Barulho internacional

Bruno Boghossian

Lula faz sua diplomacia como o político que é. Numa mesma entrevista, revestiu-se de cautela ao declarar que chamou de pré-julgamento do governo Vladimir Putin pela morte do opositor Alexei Navalni, escapou de uma pergunta sobre o cerco de Nicolás Maduro à ONU na Venezuela e citou o Holocausto ao criticar a matança em Gaza.

Presidentes têm uma latitude que é vedada aos diplomatas. Costumam ser ideologicamente seletivos em comentários sobre parceiros e adversários, dispensam coerência em posicionamentos públicos, surfam nas ondas de suas bases políticas e exageram no barulho para ganhar atenção em debates internacionais.

As palavras de Lula sobre a campanha israelense em Gaza e sua repercussão provam que é preciso ter habilidade até na hora de fazer barulho.

Crimes de guerra não são concusos de se vergonha. Lula usa seus movimentos no tabuleiro global para denunciar de forma enfática as violações do governo de Binyamin Netanyahu em território palestino, mas

não avançou uma única casa com a referência imprópria à brutalidade de Adolf Hitler no extermínio de judeus durante a Segunda Guerra. O argumento de que o petista teve coragem para manifestar indignação e ampliar as cobranças por um cessar-fogo diz muito sobre a maneira como aliados e apóstatas enxergam o presidente e nada sobre o esforço que ainda é necessário para tirar da Índia a miséria global que sustenta a guerra.

A reação desesperada de Israel mostra que Netanyahu explora a crise como propaganda. Depois que o governo acusou Lula de negar o Holocausto, algo que o petista não fez, o chanceler Mauro Vieira (um diplomata, não um político) disse que o país lança "uma cortina de fumaça" para encobrir o massacre em Gaza.

Isa oposição brasileira, capitaneada pelos melhores líderes bolsonaristas, busca um estardalhaço próprio com um tradicional "perdido de impeachment", sem causa legal, sem votos em plenário e sem nenhuma razão de ser além da algazarra.

## Debaixo de vara

Ruy Castro

Todos conhecemos a expressão "debaixo de vara", já a vimos ser aplicada a grupos rebeldes cujos pais, esgarçados as tentativas racionais para sua regeneração, viam-se obrigados a adotar medida drástica — tomar o malandro pela orelha e levá-lo à força até o castigo. A orelha em chamas deveria representar o copelito, a vergonha de estar passando por aquilo. Era um privilégio da autoridade, da qual o "debaixo de vara" era um símbolo, remanescente de um tempo em que a vara de marmelo, flexível e impenitente como um chicote, era um cruel instrumento de punição.

A vara de marmelo era um galho do marmeleiro, pelo visto, então, para vergar seu orgulho e obrigá-lo a se explicar por seu trágico improviso sobre o Holocausto, que desce do que manca. Equivale à condução coercitiva de um acusado que, esperto e recalcitrante, procura pretextos para não comparecer à justiça que o convoca. Mas está na letra da lei, "ser comedido e não abusado em estudos e evidências."

so. Vergonhosa é a covardia, o medo da verdade, que obriga a aplicação do "debaixo de vara".

Enquanto escrevo, não sei se Jair Bolsonaro, convocado a responder sobre a tentativa de golpe, irá ou não nesta quinta (22) à PF, em Brasília. Seus advogados disseram que ele teria "optado" por só comparecer se tiver acesso a certos documentos. O ministro do STF Alexandre de Moraes rebateu que não cabe ao investigado escolher dia e hora para atender à Justiça e insinuou que, por bem ou debaixo de vara, Bolsonaro terá de comparecer.

O "debaixo de vara" deveria também ser aplicado ao presidente Lula para vergar seu orgulho e obrigá-lo a se explicar por seu trágico improviso sobre o Holocausto, que desce do que manca. Equivale à condução coercitiva de um acusado que, esperto e recalcitrante, procura pretextos para não comparecer à justiça que o convoca. Mas está na letra da lei, "ser comedido e não abusado em estudos e evidências."

Pois não é que, justamente na semana em que Bolsonaro terá de comparecer a desembuchar seus crimes, Lula também lhe as manchetes com uma frase?

## Bússola aviada

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora da Cebria e professora aposentada da USP  
Cientista política

No campo internacional, o Brasil joga no time dos intermediários. São países dotados de peso regional e alguma capacidade de influir nos assuntos globais, desde que de forma coordenada. Organizam coalizões, negociam conflitos e figuram entre os grandes defensores das instituições multilaterais — que lhes oferecem condições melhores para lidar com as grandes potências.

Nesse figurino, nossa política externa soube aproveitar, décadas a fio, as possibilidades abertas pelo porte do país e os seus recursos de poder. Para tanto, arrimou-se numa diplomacia profissional sobria nos gestos, cunhada dos seus limites, atenta às oportunidades e, sobretudo, firme na defesa da autonomia em face das nações mais poderosas.

A tradição acumulada pelo Itamaraty foi essencial para a criação de uma imagem externa respeitável — e respeitada. A diplomacia presidencial adicionou-lhe gestos especiais, quando o primeiro mandatário mostrou gosto pela atuação internacional, como ocorreu, no passado, com Fernando Henrique e nos dois primeiros governos Lula.

O Brasil ainda é um país intermediário, mas as circunstâncias externas vêm mudando para valer. A América do Sul é um caldeirão político a dificultar ações coordenadas. As instituições multilaterais que deram forma à ordem internacional liberal — notadamente o sistema das Nações Unidas — deixam a desejar. A urgência ambiental requer coordenação difícil de construir.

A China em ascensão redefiniu alianças e põe em confronto duas formas de capitalismo: um, assentado em férreo autoritarismo; outro, no qual há certo espaço para a democracia, o pluralismo de visões e o reconhecimento dos direitos humanos.

Para nós outros os dilemas são reais. Enquanto os imperativos do comércio nos empurram para o Oriente, onde viceja o capitalismo autoritário, a aspiração por mais democracia e respeito aos direitos e liberdades civis nos torna inapetavelmente ocidentais.

Dito de outro modo, a bússola que orientou nossa política externa sobria, realista e soberana já não consegue apontar com nitidez os pontos cardais. Disso é prova uma certa falta de foco na agenda externa. Já não bastasse, entram em cena as desastrosas declarações do presidente da República sobre as questões internacionais da hora.

Mais do que demonstrar desconhecimento, tais declarações são passíveis por bons assessores internacionais, os imprevistos presidenciais têm revelado ausência de clareza sobre valores, objetivos e estratégias. Essa carencia não faz harmonizar em Gaza, realistas na Ucrânia, menos frente à síria no Haiti. Em suma, desorientados diante do mundo.